

Extrema pobreza atinge 311 mil moradores da região

Grande ABC tem 11% da população vivendo com R\$ 3,50 por dia; número de famílias nesta condição cresceu 71%

THAINÁ LANA
thainalana@egabc.com.br

O Grande ABC tem 311.316 pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. O número representa quase o total de habitantes de São Caetano, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que somam 340.010 moradores.

Os dados do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) apontam que 11% da população da região têm renda familiar per capita de até R\$ 105 por mês, ou seja, R\$ 3,50 por dia. E com esse valor que os moradores precisam comprar alimentos, itens de higiene, custear as contas básicas do domicílio e ainda pagar o aluguel.

“Na maioria dos dias tenho apenas o almoço para servir aos meus filhos. O arroz e feijão não faltam, mas o leite, o pão e a mistura é uma luta diária para conseguir”. O desabafo é de Cristiane Stuelen Biazo, 34 anos, que mora com seis filhos e o marido, Reges Rodrigues da Silva, 29, em um barraco de madeira na Invasão Oratório, em Mauá.

A dona de casa e seu companheiro não conseguem emprego fixo ou com carteira assinada há pelo menos um ano. “Em um mês bom conseguimos R\$ 380, os dois, mas quando não aparece serviço o valor diminui para menos de R\$ 100”, conta. A família é cadastrada no CadÚnico e recebe o benefício do Auxílio Brasil.

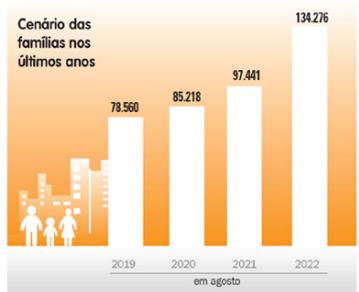
O dinheiro do programa é insuficiente para pagar todas as contas. Além dos serviços informais, eles sobrevivem com doações. “Muitas pessoas me ajudam com cesta básica, roupas e fraldas para as crianças. Tenho certeza que logo vou arrumar um emprego e as coisas vão melhorar”, diz, esperançosa, Cristiane.

Assim como a mauense, outras 116 mil (87%) das famílias da região que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica recebem o benefício do governo federal. Po-



SOBREVIVÊNCIA. Cristiane trava diariamente uma verdadeira batalha para alimentar os filhos; benefício do Auxílio Brasil não é suficiente para bancar as necessidades básicas da família

Extrema pobreza atinge 311 mil moradores da região



Fonte: Perfil Social 2.0 (Consulta, Seleção e Edição de Informações do CadÚnico) | Agência: Editora da Luz

Agosto de 2022	Famílias	Pessoas
Santo André	40.243	91.086
São Bernardo	42.274	98.001
São Caetano	1.662	3.499
Diadema	26.002	61.198
Mauá	14.924	36.301
Ribeirão Pires	5.476	12.558
Rio Grande	3.695	8.873
TOTAL	134.276	311.316

Fonte: Perfil Social 2.0 (Consulta, Seleção e Edição de Informações do CadÚnico) | Agência: Editora da Luz

PROTEÇÃO SOCIAL

O município tem papel crucial no sistema de proteção social, segundo afirma o professor Ivan Filipe de Almeida. “O serviço de busca ativa dos serviços sociais são fundamentais para chegarem nas pessoas que mais precisam. Porém, é importante ressaltar que a política de transferência de renda sozinha é incapaz de sanar as enormes desigualdades sociais do País. São necessárias a implementação de outras políticas públicas em diversas áreas, como saúde, moradia, educação, transporte, entre outras.”

Para o economista Ricardo Balistiero, apenas com o crescimento econômico do País que as famílias saíram da extrema pobreza. “O programa social não é um favor que o Estado está fazendo à população. O serviço social é um dever do Estado, primeiro porque temos a maior carga tributária do mundo, segundo que um dos deveres da carga tributária é cumprir com a função social. O dinheiro do benefício é injetado de volta na economia, que contribui para o crescimento econômico. É um ciclo.”

rem, os R\$ 600 pagos a essa parcela da população são insuficientes para oferecer uma vida digna, conforme defende o doutor e professor de economia do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia, Ricardo Balistiero.

Como ideal, o docente defende o salário mínimo de R\$ 6.458,86 para uma família de quatro pessoas. O valor corresponde à Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos,

realizada em outubro pelo Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). A quantia corresponde a mais de cinco vezes o piso federal atual, de R\$ 1.212.

“O que estamos fazendo com essas pessoas é evitando que elas morram de fome, tanto com o valor do salário mínimo quanto do Auxílio Brasil. Com esse dinheiro você só não passa necessidade

se tiver ajuda de alguém. Estruturamos um País extremamente desigual e essa desigualdade, que havia caído nos últimos 16 anos, voltou a crescer recentemente”, ressaltou o economista.

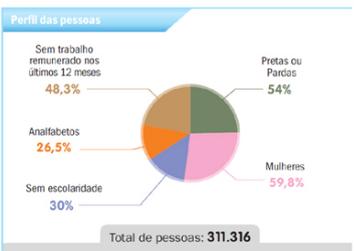
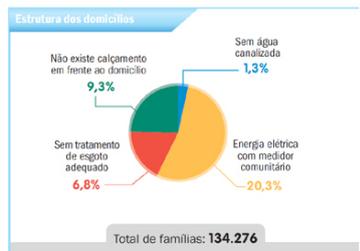
ALTA NA POBREZA

O cenário de crescimento de vulnerabilidade socioeconômica apontado por Ricardo Balistiero também ocorreu nos municípios do Grande ABC. Nos últimos quatro anos, comparando o mês de agosto de 2019 com o mesmo período de 2022, o número de famílias vivendo em situação de extrema pobreza cresceu 71%.

Em 2019 havia 78.560 famílias em maior grau de vulnera-

bilidade, enquanto neste ano o número saltou para 134.270. A pandemia do coronavírus e a crise econômica enfrentada pelo País são os principais motivos para o expressivo aumento, conforme destaca o professor de políticas públicas da UFABC (Universidade Federal do ABC) Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes.

“O mundo teve um grande choque de desestruturação das atividades econômicas. O Brasil vinha se recuperando, porém a crise política brasileira não contribuiu para essa melhora. O choque inflacionário em consequência da pandemia refletiu no aumento da fome e da pobreza mundial”, explica o docente.



LUZ. Sem dinheiro, família conta com energia elétrica da comunidade

Precariedade habitacional é realidade na maioria dos domicílios

O perfil dos domicílios das 134.276 famílias que vivem em situação de extrema pobreza no Grande ABC revela a precariedade habitacional a que os moradores são submetidos. O saneamento básico, que está atrelado ao aumento da qualidade de vida das pessoas e é um direito assegurado pela Constituição Fe-

deral e definido pela lei de número 11.445, de 2007, não chega a todos os moradores das sete cidades. Do total de famílias em situação de vulnerabilidade, 6,8%, ou 9.131 domicílios, não possuem tratamento de esgoto adequado. Entre as principais formas de escoamento destacam-se: fossa

séptica, vala a céu aberto e escoamento direto para um rio, córrego ou lagoa. Os dados da plataforma Cecad 2.0, do Ministério da Cidadania, mostram ainda que a falta de água canalizada atinge 1,3%, ou 1.807 famílias nos sete municípios – Santo André é a cidade do Grande ABC

com mais residências sem água canalizada. Na casa de Cristiane Stuelen Biazo de Moraes, 34 anos, localizada na Invasão Oratório, em Mauá, a família precisa conviver com a ausência de escoamento de esgoto adequado e energia elétrica própria. “O dinheiro não dá para pagar a luz. Con-

tamos com a energia elétrica compartilhada por vizinhos”, conta a dona de casa. Assim como ela, outros 20,3% domicílios da região possuem energia elétrica com medidor comunitário. Em situação ainda mais grave, 47 famílias utilizam a vela como fonte de iluminação e oito famílias utilizam óleo,

querosene ou gás. Em relação ao perfil da população em situação de extrema vulnerabilidade, o levantamento indica que das 311.316 pessoas, 54% são pretas ou pardas; 59,8% são mulheres; 26,5% não são alfabetizadas e 48,3% não tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses. TL

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1